

Eleição eleva juros

O Ministro Delfim Neto repara que a pressão exercida pelos Estados no sistema financeiro contribui para elevar, além do razoável, as taxas de juros, mas não havia outra saída possível em benefício dos Estados, o que obrigou, inclusive, o Tesouro a ceder espaço nas pressões pela captação de dinheiro no mercado. "Ano que vem, porém, poderemos executar uma política monetária parecida com a deste, com os meios de pagamento aumentando a mesma coisa, em torno de 75%". Galvêas lembrou que embora ache que as eleições de novembro nada têm a ver com a política econômica no plano federal, "é fácil perceber que nas esferas estaduais a necessidade de cobertura urgente de déficits de caixa para fazer frente ao seu cronograma de conclusão de obras está forçando o aumento de dispêndios com repercussão tanto na captação de recursos quanto na demanda global".

Ele acha, entretanto, que como esse sintoma é episódico, não haverá influência sobre as metas federais, descartando a conveniência de mudanças de rumo antes ou depois das eleições de novembro. O Ministro da Fazenda destaca a provisão do orçamento da União para a cobertura de gastos do orçamento monetário como a peça-chave para o equilíbrio das contas do Governo no ano que vem, pois mesmo com uma execução superavitária a administração fiscal não consegue pagar as principais faturas como trigo, açúcar, programas especiais — como o Proálcool —, e prover de crédito barato a agricultura e as exportações.

"Daí a necessidade de expansão da dívida interna e até da emissão de papel-moeda", argumenta Galvêas.

Esse ajuste crucial na contabilidade interna não é só considerado urgente e necessário pelas autoridades econômicas, como está perfeitamente ao seu alcance. O contrário acontece com a maneira de enfrentar as adversidades no plano externo, sobre as quais o país pouco pode agir para mudar seu curso. Assim, Ministros e assessores limitam suas análises aos indícios de alteração já desenhados no horizonte até agora.

"Espero que a baixa na taxa de juros seja duradoura", revela o Ministro do Planejamento. "Isso permitirá três efeitos em cadeia: crescerão os preços das **commodities**, e como em quantidade nossas exportações tem crescido, o novo preço levará a uma ampliação de nossas exportações; outra coisa positiva é que a queda na taxa de juros enfraquece o dólar fazendo com que nossos produtos passem a competir melhor na Europa e no Japão; e, afinal, deve-se acrescentar que diminuirão nossas despesas com o pagamento de juros da dívida externa", observa Delfim.

O Ministro acha que para a conta de chegar de 1981 já foi feito tudo o que poderia ser feito em relação ao balanço de pagamentos. E a principal medida preventiva foi o corte de cerca de 600 milhões de dólares nas importações do Governo, ou seja, a conquista de um superavit de 1 bilhão de dólares será devido a uma forte contração nas compras, contribuindo para uma queda de 10% no total, enquanto as exportações praticamente não apresentarão nenhuma taxa de expansão.

Galvêas recorda que falharam todas as previsões das principais instituições econômico-financeiras — OCDE, FMI, Banco Mundial — sobre os resultados do comércio internacional em 1982. Em vez de um crescimento, desemprego nos principais países industrializados e o intercâmbio comercial "virtualmente paralisado".

— Dessa forma, infelizmente, não pudemos nos beneficiar dos novos mercados conquistados nos últimos anos. A ausência de planos de investimentos reduziu substancialmente as importações em todo o mundo. Caiu a demanda por produtos primários, cujos preços atingiram níveis inferiores aos de dez anos.

O Ministro revelou um dado dramático sobre a retração dos mercados de matérias-primas e de produtos manufaturados — mercado no qual o Brasil estava avançando progressivamente, com a repetição de taxas de crescimento este ano: apenas com a perda de novos mercados, o bloqueio das vendas para países socialistas e diminuição de vendas para a África, o país perderá 2 bilhões de dólares na sua balança comercial este ano.

"No primeiro semestre, tivemos um prejuízo de 650 milhões de dólares com nossas exportações para o México, Venezuela, Peru, Chile, Uruguai e Argentina", calcula Galvêas. "Além disso, o complexo soja deverá representar uma perda de receita estimada em 1,2 bilhão de dólares. Esses números mostram que a crise que vivemos é importada".

Ele é outro que acredita numa retomada econômica, prenunciada com a reversão dos juros americanos. Anota que os Estados Unidos já começaram a mudar o enfoque de sua política econômica, exageradamente voltada para a estabilização monetária, que agora caminha na direção de uma ordem fiscal mais constante, com a redução de dispêndios públicos e aumento da arrecadação tributária.

Akihiro Ikeda explica que, mesmo sendo necessário aguardar um pouco mais para avaliar a efetiva dimensão das consequências do declínio dos juros, o Governo partirá para a ofensiva, através de mecanismos que tornem mais flexíveis as importações, para tornar, como exemplo, seu mercado mais receptivo às transações com o exterior. Uma das idéias em discussão é a utilização mais liberal das operações em regime de **draw-back** (importação para posterior exportação), tudo com o devido cuidado para não contrariar regras de Acordo Geral de Tarifas e Comércio — GATT — e não acirrar, ainda mais, o protecionismo americano.

Para os últimos quatro meses deste ano, segundo ele, o simples fato de o Governo haver fixado 7% de correção monetária para setembro e outubro, já é uma garantia para o exportador, e descarta a possibilidade de uma maxi-desvalorização: o Banco Central seguirá, rigorosamente, o índice da correção monetária para efeito de desvalorização do dólar. Mais do que isso, só a retórica de condenação, que o Brasil procurou exercer em tom ainda mais grave na reunião do Fundo Monetário Internacional recentemente em Toronto.